

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

### **REQUERIMENTO Nº 45 DE 2016 (do Sr. Padre João)**

Requer a realização de diligências para participação de representantes desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias em audiências públicas a serem realizadas por comissões análogas de assembleias legislativas e câmaras municipais para debater e ouvir denúncias sobre a situação dos direitos humanos no país e a capacidade dos órgãos de Estado em responder às demandas de garantia de direitos fundamentais.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligências para participação de representantes desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias em audiências públicas a serem realizadas por comissões análogas de assembleias legislativas e câmaras municipais para debater e ouvir denúncias sobre a situação dos direitos humanos no país e a capacidade dos órgãos de Estado em responder às demandas de garantia de direitos fundamentais.

#### **Justificativa**

Audiências públicas ora em planejamento por diversas casas legislativas no País, com a participação de representações da sociedade civil, pretendem avaliar e posicionar-se frente a medidas tomadas pelo atual governo interino, que tem gerado justificada preocupação entre gestores e ativistas em direitos humanos.

Preocupam o rebaixamento do Ministério de Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos a uma mera secretaria do Ministério da Justiça; a portaria ministerial que suspendeu por 90 dias todas as atividades de direitos humanos no País, o que inclui convênios com unidades da Federação pelos quais funcionam programas de proteção a pessoas ameaçadas. Essas e outras medidas, associadas ao recrudescimento de ataques a setores vulneráveis da população, como os povos indígenas, justificam o clima de apreensão generalizado entre personalidades, ex-ministros e organizações de notória credibilidade e história de atuação em defesa dos direitos humanos.

O princípio de não-regressão em direitos humanos, o direito básico a ter direitos, estão sendo inequivocamente atingidos pelas profundas mudanças em curso, não constituindo-se apenas como ameaças, mas efetiva perda de conquistas acumuladas em anos de lutas na sociedade civil e de diálogo construtivo entre diferentes forças políticas.

Tendo em vista a importância das mencionadas diligências para ouvir denúncias, avaliações e propostas no sentido da garantia dos direitos fundamentais, contamos com o apoio dos integrantes deste colegiado parlamentar.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2016

Deputado PADRE JOÃO-PT/MG